

Voo cego

Proposta de negociação inclui parlamentarismo-já e 5 anos

Do enviado especial a Brasília
e da Sucursal de Brasília

Parlamentarismo-já, com cinco anos de mandato para o presidente José Sarney. Essa fórmula para uma possível negociação com o Palácio do Planalto surgiu na noite de anteontem, na casa do deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, da Câmara dos Deputados e do PMDB, em reunião a que compareceram os ministros Renato Archer (Previdência Social), Luiz Henrique da Silveira (Ciência e Tecnologia) e Celso Furtado (Cultura), e cerca de 20 constituintes, além do ex-ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães.

Há, nessa proposta, duas importantes novidades em relação ao esquema, muito semelhante, que vinha sendo proposto pelos íntimos de Ulysses desde a semana passada: 1) Introduce-se a palavra "já" no parlamentarismo. Antes, falava-se em parlamentarismo e cinco anos, sem especificar a data de implantação do novo sistema.

Explicação de Raphael de Almeida Magalhães: "Há um consenso de que se necessita de governo à vista e a única forma para se chegar a isso é parlamentarismo-já."

2) A proposta foi defendida, com mais vigor, exatamente pelos representantes dos setores tidos como conservadores do PMDB, como o deputado e banqueiro Ronaldo César Coelho (RJ) e o senador Albano Franco (SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Mais ainda: a proposta obteve a concordância de Expedito Machado (PMDB-CE), coordenador do chamado "Centro Democrático", a ala peemedebista mais à direita, no arco do partido, e que se alinhava, até o início desta semana, no bloco presidencialista, com cinco anos para Sarney.

Expedito Machado, aliás, deu imediata consequência à conversa com seus companheiros de partido, encerrada à 1h de ontem: foi, pela manhã, ao Palácio do Planalto, para conversar com o presidente José Sarney e sondar a sua disposição para um entendimento.

Entendimento

O deputado cearense relatou ao presidente o que ocorrera na casa de Ulysses e lhe disse que "a possibilidade de entendimento parece passar pelo parlamentarismo" (não mencionou o "já"). Sarney se disse aberto à negociação de uma fórmula para o país, mas deixou claro que não podia tomar qualquer iniciativa porque não sabia quem falava por quem — ou seja, não tinha interlocutor com quem negociar.

Expedito Machado arquitetou, então, a convocação de uma reunião dos coordenadores de bancada do PMDB para a manhã de hoje, destinada a obter o consenso ou uma forte maioria em favor da proposta de parlamentarismo-já com cinco anos.

Conseguido esse consenso ou maioria, os coordenadores passariam a ser os interlocutores necessários para que a eventual negociação possa caminhar. Expedito Machado acreditava, até a quarta-feira, que Ulysses pudesse desempenhar esse papel, mas chegou à conclusão de que o presidente peemedebista não o fará.

"Se o dr. Ulysses caminhar para um lado, divide o partido. Se for para o outro, também divide. Então, ele não pode se manifestar", reforça o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), outro entusiasta da idéia de uma negociação que passe pelo parlamentarismo.

Cid também esteve com Sarney, na noite de terça-feira, e explicou porque acha que o parlamentarismo é o caminho da negociação: "Presidencialismo não dá negociação porque a disputa ficará entre quatro e cinco anos. Parlamentarismo, dá, porque pode-se negociar a data de implantação e a duração do mandato".

Protelar a votação

Cid Carvalho encontrou Sarney "aberto ao entendimento", estado de espírito também constatado pelo governador de Pernambuco (PE), Miguel Arraes, que se avistou com o presidente na noite de quarta-feira. Arraes, entretanto, é bem mais cético a respeito da negociação do que Cid Carvalho: "Ele diz que aceita negociar, mas não diz o que. Ele diz que não é impecilho à negociação, mas diz que outros o são, sem especificar quem são os outros".

Arraes nega que tenha iniciado qualquer conversa em torno de negociações, com uma brincadeira: "Que eu posso dizer a ele, que saia dali ou que fique?".

A disposição negociadora do presidente foi também explicitada ontem pelo chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que fez questão de ser didático em sua explicação à Folha: "Acho que eu não soube traduzir bem a posição do presidente. O que ele diz é que, pessoalmente (e o ministro acentua fortemente a palavra "pessoalmente"), não pode se envolver em uma negociação que trata de seu mandato. Mas não se opõe a uma negociação entre as grandes lideranças que chegue à uma posição consensual".

A afirmação de Costa Couto deve

ser tomada com cautela. Ele faz parte do grupo batizado de "bombeiros" do Palácio, composto também pelo general Ivan de Souza Mendes, chefe do Serviço Nacional de Informações, e pelo ex-deputado Thales Ramalho, recém-empossado como assessor especial da Presidência. Há o grupo dos "incendiários", comandado pelos ministros Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, e Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente.

Pesquisa

O ânimo de Antônio Carlos fica claro na resposta que ele deu à uma pergunta da Folha sobre os resultados da pesquisa do DataFolha, publicada ontem, evidenciando que lado algum tem maioria suficiente para aprovar quatro ou cinco anos, presidencialismo ou parlamentarismo: "Essa pesquisa deve ter sido feita pelo dr. Ulysses", ironizou ACM.

O ministro insiste em que o presidencialismo e os cinco anos ganham a votação, em contraste com a atitude mais cautelosa de Costa Couto, ao comentar a mesma pesquisa: "Dar buraco negro é uma probabilidade. Mas os nossos líderes trabalham com a probabilidade de que vença o presidencialismo com cinco anos".

A Pesquisa Folha, de qualquer modo, acentuou, no Palácio, a impressão de que é muito difícil fazer qualquer previsão realista e não meramente propagandística a respeito do resultado da votação. Por isso, o governo está acelerando as conversas com constituintes, confiando em que o peso da máquina administrativa será suficiente para lhe assegurar a vitória.

Data

Na dúvida, em todo o caso, o governo trabalha também para adiar a votação. As hesitações palacianas ficam claras no comportamento do próprio presidente: às 22h50 de quarta-feira, ele ligou para a casa de Ulysses — então reunido com os ministros de sua intimidade e com constituintes do PMDB — para perguntar o dia da votação. Ulysses lhe disse que não sabia. Uma hora e quarenta minutos depois, Ulysses devolveu a ligação, para dizer que a votação seria no domingo. Sarney disse que suspenderia, então, a viagem que programava para o Mato Grosso.

Ontem à tarde, entretanto, o presidente mudou de idéia de novo: irá amanhã a Mato Grosso e ficará até às 9h de domingo na ilha do empresário Sebastião Camargo, um dos homens mais ricos do mundo, a 110km de Poconé (200 km de Cuiabá).

As tentativas do Planalto de provocar o adiamento da votação levaram Ulysses Guimarães, interessado em fazê-la o quanto antes, a um estado de irritação com o presidente raras vezes notado antes pelos interlocutores habituais do presidente peemedebista. "Nunca o vi tão próximo de romper com o governo", chegou a dizer um deles, deputado por São Paulo, pedindo reserva do nome. O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, confirma essa impressão, depois de ter conversado longamente com Ulysses.

Acordo

Tomando a proposta de parlamentarismo-já com cinco anos como um fato consumado e não como mera proposta, a direita e a esquerda do Congresso constituinte entraram imediatamente em estado de rebelião.

"É um golpe. É um golpe do Ulysses com os partidos comunistas", gritava estridentemente o deputado José Lourenço (BA), líder do PFL na Câmara, enquanto saía do gabinete da liderança, contíguo ao de Ulysses, onde o presidente peemedebista estava reunido com Miguel Arraes, às 12h40 de ontem.

Lourenço repetiria a afirmação mais tarde, já no plenário, enquanto, na outra banda ideológica, o petista José Genoíno (SP) e o peemedebista Maurílio Ferreira Lima (PE) "acertavam a vista de jornalistas e fotógrafos um acordo para dificultar o que batizavam de "acordão": os presidencialistas e parlamentaristas de esquerda esqueceriam momentaneamente suas divergências em torno do sistema de governo e se absteriam (em vez de votar contra) nas votações a respeito do presidencialismo e parlamentarismo.

Com isso — acredita Genoíno — ficaria "mapeado" o número e a característica dos defensores da fórmula parlamentarista com cinco anos. Ao mesmo tempo, se reunificaria a frente "quatroanista", cindida pela divergência em torno do sistema de governo.

Meio termo

Mais tranquilos, outros constituintes marginalizados da discussão em torno do suposto acordo reagiam, na essência, da mesma forma que os estridentes Genoíno, Lourenço e Maurílio. Delfim Netto (PDS-SP), por exemplo, dava como inevitável um acordo como o que se propôs na casa de Ulysses, com o seguinte argumento: "No Brasil, nunca há



O deputado Ulysses Guimarães em seu gabinete no Congresso



O deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ) ao sair do gabinete de Ulysses



O deputado José Lourenço (PFL-BA) no plenário do Congresso constituinte



O deputado Delfim Netto (PDS-SP) no salão verde do Congresso

branco e preto. Só há cinzas, mais escuros ou menos escuros. Parlamentarismo com cinco anos é esse meio termo típico".

Jaime Santana (PFL-MA), que foi amigo do presidente Sarney até outubro, raciocinava da mesma maneira: "Dá uma no cravo (parlamentarismo) e outra na ferradura (cinco anos)", resignava-se o parlamentar maranhense, defensor do presidencialismo com quatro anos. Mais: anunciava que, se o presidencialismo fosse rejeitado, na primeira votação, ele votaria no parlamentarismo, na segunda.

Históricos

Quem prometia não se resignar à eventual concretização do acordo prevendo parlamentarismo com cinco anos era o grupo chamado "histórico" do PMDB. Segundo o ex-governador de São Paulo, André Franco Montoro, o grupo é "unanimemente" contrário a esse tipo de composição. Difícil comprovar se há tal unanimidade, mas a Folha chegou com os senadores José Richa

(PR), Fernando Henrique Cardoso (SP), Mário Covas (SP) e os deputados José Serra (SP), Euclides Scalco (PR) e Nelson Jobim (RS) e todos afirmaram que se opõem frontalmente ao acordo.

Na casa de Ulysses, na noite de quarta-feira, outro "histórico", o paranaense Maurício Fruet, já havia manifestado a sua oposição — foi, aliás, além de Jobim, o único a discordar.

Os "históricos" insistem em afirmar que deixam o partido se os cinco anos forem aprovados, mas os "ulyssistas" acreditam que não concretizarão a ameaça.

Viabilidade

A poeira levantada pela reunião da véspera na casa de Ulysses foi tamanha que poucos constituintes pararam para pensar na viabilidade da proposta de parlamentarismo-já com cinco anos passar do estágio de proposta para o de concretização. Os poucos que pararam para pensar ofereciam visões divergentes:

1) Plínio de Arruda Sampaio (PT—

SP) imaginava que, aprovado o parlamentarismo, viria tal reação do governo, dos militares e do empresariado que os constituintes se sentiriam pressionados a dar uma compensação ao presidente, aprovando os cinco anos de mandato. Ou seja, o acordo acabaria se efetivando na prática.

2) Fernando Henrique Cardoso preferia supor que, votado primeiro o sistema de governo e vencendo o parlamentarismo, o governo, já fraco, "se dessangraria de vez" e, na hora de se votar as disposições transitórias, prevaleceriam os quatro anos. Fernando Henrique aposta que Ulysses está trabalhando, mesmo, é para essa hipótese.

Na confusão armada em Brasília, qualquer aposta é arriscada, mas os episódios das últimas 48 horas reforçam o que a Folha já havia antecipado ontem:

1) O parlamentarismo está ganhando pontos, na medida em que se inclinam por ele grupos como o "Centro Democrático", até aqui presidencialista, e até ministros de

confiança do Planalto, como Borges da Silveira, da Saúde.

2) A indefinição reinante cresce mais a mais, pelo cruzamento sistema-mandato-data de implantação. "À 1 hora da manhã, só havia dúvidas", resume Raphael de Almeida Magalhães, referindo-se à hora em que terminou a reunião na casa de Ulysses.

Reforça José Geraldo (PMDB-MG): "No sábado, o presidente aceitava parlamentarismo-já com cinco anos. Na segunda-feira, já não aceitava". O deputado, também empresário e aliado do governador Newton Cardoso (MG), presidencialista e cincoanista, foi o primeiro a propor ao presidente essa fórmula, em conversa telefônica no sábado.

Reflexo da confusão, ontem começaram a circular pelo plenário dois documentos opostos: um do bloco "quatroanista", em favor de um compromisso pelos quatro anos, passando por cima da questão do sistema de governo, e o outro pelo acordo parlamentarismo-já com cinco anos.